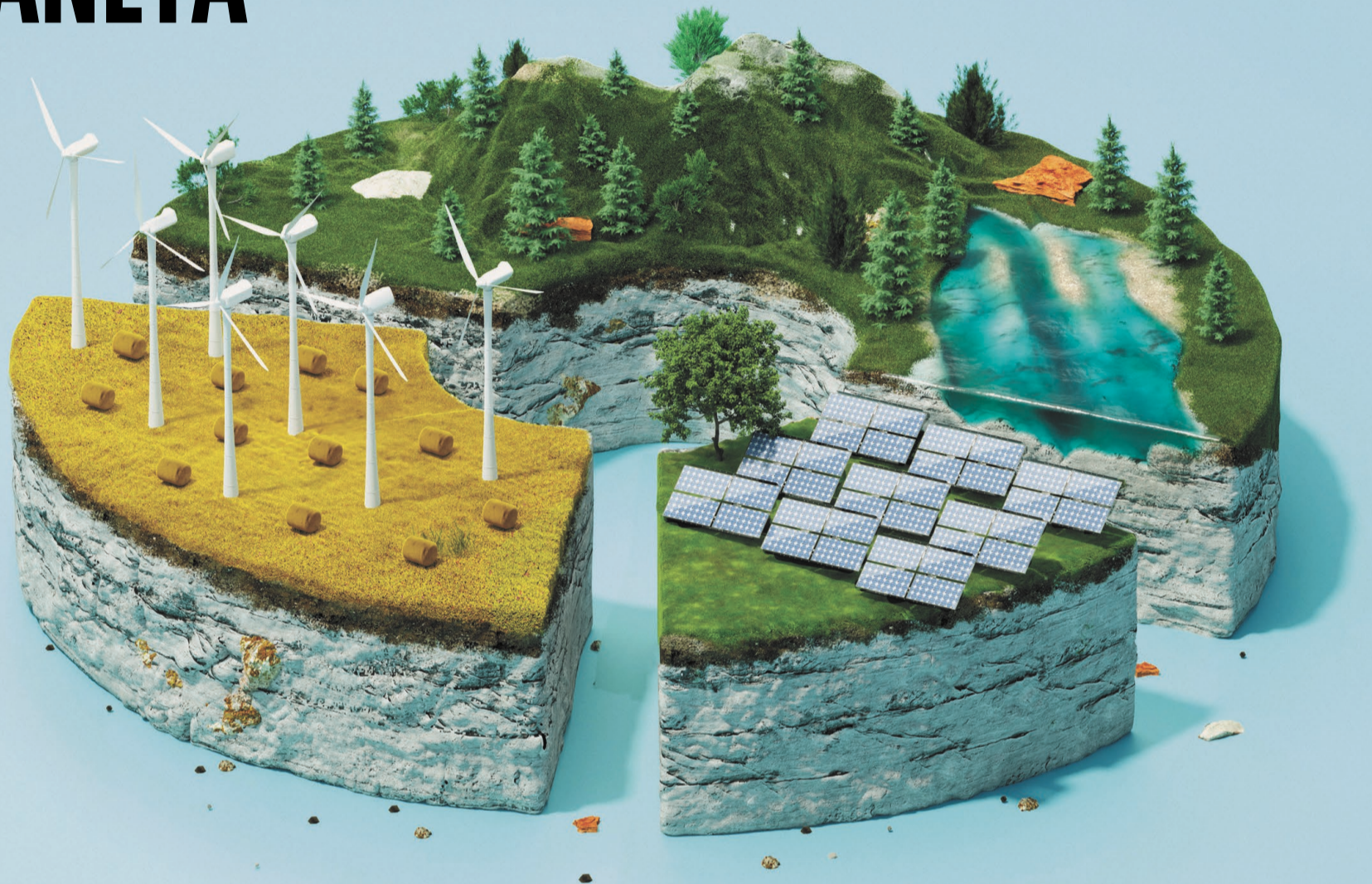


EM UM MUNDO EM MUDANÇA, BALANÇO POSITIVO SIGNIFICA CUIDAR BEM DA NOSSA EQUIPE, DOS NOSSOS CLIENTES E DO PLANETA




Ninguém chega a resultados como os que você vai conhecer nas próximas páginas se não estiver muito bem estruturado e acompanhar realmente o mundo em mudança. O nosso balanço financeiro positivo é fruto do comprometimento da equipe local e da força global do grupo BNP Paribas, que ajuda os nossos clientes a chegarem aos mercados mais distantes. É fruto também da nossa preocupação com a sustentabilidade em todo o mundo, que levou ao reconhecimento pela **LatinFinance de Banco do Ano para Finanças Sudentáveis**, em 2020. E, claro, do compromisso de longo prazo com o Brasil, que tem gerado grandes números:


116 BI (R\$)
de ativos sob administração

Índice de Capital
13,8%
S&P: brAAA/Estável/--

4.000.000 (R\$)
investidos em ações sociais e questões operacionais devido à crise da COVID-19

**CONFIRA NAS PRÓXIMAS
PÁGINAS O NOSSO BALANÇO
PATRIMONIAL DE 2020.**

 bnpparibas.com.br

 @BNPPBrasil

 BNP Paribas



BNP PARIBAS

O banco para
um mundo em
mudança



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 22 de março de 2021
Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A. com os respectivos Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes, relativos ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020.
Estrutura organizacional
Em outubro, a Sociedade implementou um novo modelo de "Corporate Coverage" com o objetivo de melhorar a experiência do cliente e aprimorar nossa oferta de produtos e serviços. Responsável pelo atendimento a clientes corporativos, o novo modelo combina o atendimento por especialistas setoriais e por geografia buscando avançar a expertise setorial do Grupo BNP Paribas mantendo ainda a atenção às peculiaridades de cada região.
COVID 19
A Sociedade manteve no segundo semestre de 2020 o plano de atuação iniciado com a pandemia, com objetivos primordiais de segurança dos colaboradores que continuaram, em sua maioria, no trabalho remoto, e da mitigação dos riscos operacional e regulatório. Nesse contexto, somado ao firme engajamento dos colaboradores, a Instituição continua atendendo suas obrigações assumidas com clientes, fornecedores e reguladores.

Desempenho Econômico-Financeiro

A Sociedade atua no Brasil com uma plataforma diversificada de produtos e serviços voltada ao atendimento de clientes corporativos, institucionais e do segmento de Wealth Management. Esse modelo diversificado e capacidade de execução continua permitindo a Instituição apoiar sua base de clientes com oferta de crédito, acesso a mercados internacionais, gestão de liquidez e riscos, e oferta de serviços bancários nesse difícil momento que a sociedade e a economia enfrentam.
O Banco BNP Paribas Brasil encerrou o exercício de 2020 com lucro líquido de R\$ 328,7 milhões, resultado 92,4% acima do valor observado no mesmo período de 2019, com base no crescimento significativo de receitas das atividades de Global Markets e Global Banking e na gestão eficaz da nossa base de custos.
Reiteramos que houve provisões adicionais no semestre sem relação com a pandemia não representando piora na relação histórica entre provisões e exposição a risco de crédito.
Compromissos Socioambientais
O Banco BNP Paribas Brasil, em linha com o Grupo BNP Paribas, reafirma seu compromisso público com os direitos humanos e com o meio ambiente.

Com uma atuação global forte e pioneira - baseada em políticas e ações consistentes - em financiamento sustentável, o Banco BNP Paribas no Brasil visa colaborar na transição climática, com financiamentos voltados a energias renováveis e contribuindo também com produtos financeiros sustentáveis. Esforços nesse sentido foram reconhecidos em 2020 pela LatinFinance, ao nomear o BNP Paribas como o Banco de Finanças Sustentáveis do Ano para a América Latina.
Ouidória
No curso do ano de 2020, e em função da pandemia, a Ouidória (ouvidoria@br.bnpparibas.com) passou a atender acessos exclusivamente por e-mails. Os atendimentos relacionados especificamente à Sociedade foram resolvidos dentro do prazo regulatório. Não houve no período registro de reclamações contra a Sociedade junto sistema de registro de reclamações do Banco Central do Brasil. O mesmo aconteceu em relação à Comissão de Valores Mobiliários e demais entidades supervisoras.
O Banco BNP Paribas Brasil, através da sua Diretoria, agradece a todos pela confiança e apoio recebidos, que possibilitaram o desenvolvimento dos nossos produtos e serviços.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

ATIVO	NOTAS	31.12.2020	31.12.2019	PASSIVO	NOTAS	31.12.2020	31.12.2019
Circulante e Não Circulante		61.658.894	44.010.569	Circulante e Não Circulante		58.666.772	41.240.933
Disponibilidades		225.717	104.652	Depósitos	(9)	10.098.561	7.813.979
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(4.2)	6.492.783	13.303.239	Depósitos à vista		832.273	432.897
Aplicações no mercado aberto		948.993	1.994.722	Depósitos interfinanceiros		574.443	3.149.117
Aplicações em depósitos interfinanceiros		5.543.790	11.196.696	Depósitos a prazo		8.394.144	4.021.502
Aplicações em moedas estrangeiras		-	111.821	Depósitos em moeda estrangeira		297.701	210.463
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	19.100.414	9.926.193	Captações no mercado aberto		5.196.194	3.076.358
Carteira própria		8.660.165	4.285.758	Carteira própria		2.793.184	876.915
Vinculados a compromissos de recompra		2.823.095	887.292	Carteira de terceiros		752.831	714.172
Vinculados à prestação de garantias		1.249.568	1.039.253	Carteira de livre movimentação		1.650.179	1.485.271
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação		1.670.249	1.501.737	Recursos de aceites e emissão de títulos	(10)	3.138.137	5.416.399
Instrumentos financeiros derivativos		4.697.337	2.212.153	Obrigações por emissão de letras financeiras		1.245.260	2.926.016
Relações interfinanceiras		6.900	7.991	Obrigações por emissão de crédito de agronegócio		496.569	424.022
Créditos vinculados - depósitos no BACEN		6.900	7.991	Captações por certificado de operações estruturadas		1.396.308	2.066.361
Operações de crédito		3.741.675	3.916.149	Relações interdependências		126.430	93.842
Setor privado	(6.1)	3.757.671	2.504.048	Recursos em trânsito de terceiros		126.430	93.842
Setor público	(6.1.2)	-	1.427.991	Obrigações por empréstimos e repasses	(11)	9.722.127	7.071.498
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(6.2)	(15.996)	(15.890)	Empréstimos no exterior		6.743.453	4.565.042
Outros créditos		32.082.981	16.747.803	Repasses do país		77.234	135.357
Carteira de câmbio	(7.1)	28.793.444	14.467.684	Repasses do exterior		2.901.440	2.371.099
Rendas a receber		66.646	53.574	Instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	5.395.861	3.005.727
Negociação e intermediação de valores		2.797	8.869	Instrumentos financeiros derivativos		5.395.861	3.005.727
Títulos e créditos a receber	(6.1)	1.964.666	1.122.491	Outras obrigações		24.989.462	14.763.190
Ativos fiscais correntes e diferidos	(7.2)	682.610	568.759	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		2.257	657
Diversos	(7.3)	799.613	619.905	Carteira de câmbio	(7.1)	22.470.997	12.342.268
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(6.2)	(226.795)	(93.479)	Sociais e estatutárias		102.417	23.246
Outros valores e bens		8.424	4.542	Obrigações fiscais correntes e diferidas	(12.1)	449.011	272.496
Despesas antecipadas		8.424	4.542	Negociação e intermediação de valores		16.391	41.618
Permanente		71.329	61.975	Provisão para passivo contingente	(12.3.1)	625.141	616.997
Investimentos		28.301	18.982	Provisão para garantias financeiras prestadas	(20.1)	63.295	120.578
Participação em controlada no país	(8)	27.924	18.606	Divida subordinada	(12.2)	978.120	1.103.772
Outros investimentos		377	376	Diversas	(12.3)	274.909	233.142
Imobilizado de uso		27.338	23.125	Resultado de exercícios futuros		6.924	8.356
Outras imobilizações de uso		66.432	55.201	Patrimônio líquido	(13)	3.063.451	2.831.611
Depreciações acumuladas		(39.094)	(32.076)	Capital social:		1.754.606	1.754.606
Intangível		15.690	19.868	De domiciliados no país		15	15
Ativos intangíveis		32.316	34.746	De domiciliados no exterior		1.754.591	1.754.591
Amortização acumulada		(16.626)	(14.878)	Reservas de lucros		1.276.870	1.046.720
TOTAL DO ATIVO		61.730.223	44.072.544	Ajuste de avaliação patrimonial		31.975	30.285
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		61.730.223	44.072.544

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto juros sobre capital próprio e dividendos)

	Capital social	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucro acumulado	Total do patrimônio líquido
	Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	1.238.066	163.843	720.542	3.562	2.126.013
Aumento de capital	516.540	-	-	-	516.540
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	-	-	-	25.145	25.145
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	1.578	1.578
"Hedge" de fluxo de caixa	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	170.879	170.879
Destinações:					
Reserva legal	-	8.544	-	(8.544)	-
Reserva estatutária	-	-	153.791	(153.791)	-
Distribuição de dividendos (R\$36,14 por ação)	-	-	-	(8.544)	(8.544)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	1.754.606	172.387	874.333	30.285	2.831.611
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	-	-	-	(3.134)	(3.134)
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	4.824	4.824
"Hedge" de fluxo de caixa	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	328.750	328.750
Destinações:					
Reserva legal	-	16.437	-	(16.437)	-
Reserva estatutária	-	-	213.713	(213.713)	-
Juros sobre capital próprio (R\$380,66 por ação)	-	-	-	(90.000)	(90.000)
Distribuição de dividendos (R\$36,37 por ação)	-	-	-	(8.600)	(8.600)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	1.754.606	188.824	1.088.046	31.975	3.063.451
Saldos em 30 de Junho de 2020	1.754.606	181.261	874.333	61.861	3.040.673
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	-	-	-	(33.338)	(33.338)
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	3.452	3.452
"Hedge" de fluxo de caixa	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	151.264	151.264
Destinações:					
Reserva legal	-	7.563	-	(7.563)	-
Reserva estatutária	-	-	213.713	(213.713)	-
Juros sobre capital próprio (R\$380,66 por ação)	-	-	-	(90.000)	(90.000)
Distribuição de dividendos (R\$36,37 por ação)	-	-	-	(8.600)	(8.600)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	1.754.606	188.824	1.088.046	31.975	3.063.451

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco") é uma Sociedade Anônima Fechada com sede domiciliada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, 10º andar. O Banco pertence ao Grupo BNP Paribas e tem como seu controlador direto o BNP Paribas S.A., com sede em Paris, França. É a instituição líder do Conglomerado Financeiro e Prudencial perante o Banco Central do Brasil. O Banco opera como banco múltiplo, na forma da Resolução CMN nº 1.524/88, do Banco Central do Brasil - BACEN, autorizado a desenvolver suas operações por meio das carteiras comercial, de arrendamento mercantil, de câmbio e de investimento. As Demonstrações Financeiras elaboradas para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela Diretoria em 15 de Março de 2021.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN de acordo com as normas estabelecidas e pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 normatizadas pelo BACEN e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. A elaboração das Demonstrações Financeiras exige que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, provendo for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: i) provisionamento para créditos de liquidação duvidosa; ii) ativos fiscais diferidos; iii) provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis; iv) valorização de instrumentos financeiros e v) outras provisões. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, entretanto, somente alguns foram homologados pelo BACEN. Para o período apresentado o BACEN aprovou o CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, através da Resolução CMN nº 4.748, e o CPC 41 - Resultado por Ação, através da Resolução CMN nº 4.818. O Banco, na elaboração dessas Demonstrações Financeiras, adotou o CPC 41, porém não adotou o CPC 46, pois a sua completa adoção depende do IFRS 9 ainda não homologado pelo BACEN.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08.11.2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados na nota explicativa 5.1 como custo prazo independentemente de suas datas de vencimentos.

Mudança na Apresentação das Demonstrações Financeiras

A Resolução CMN nº 4.818 e a Resolução BCB nº 2 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A Resolução BCB nº 2 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, revogando a Circular nº 3.959 e estabelecendo que seus preceitos abrangem as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, inclusive. Os normativos acima exigiram informações adicionais na apresentação das Demonstrações Financeiras, dentre as quais destacamos:

a) Apresentação por ordem de liquidez e dos saldos comparativos

As contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade. Os saldos entre Circulante e não Circulante estão demonstradas nas notas explicativas. O Balanço Patrimonial é apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior. Porém as Demonstrações de Resultado, Resultado Abrangente, Mutações do Patrimônio Líquido e Fluxo de Caixa são comparadas com as relativas aos mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas.

b) Notas explicativas

Inclusão das Nota Explicativas: "nº 14 - Resultado por Ação", em atendimento à Resolução CMN nº 4.818 e CPC 41; da Nota "nº 21.5 Política de Teste de Estresse e Análise de Sensibilidade", em atendimento à Resolução BCB nº 02; e da Nota "3.o) e nº 18.3 Resultados Não Recorrentes".

c) Outras informações

O Banco, de acordo com a Resolução BCB nº 2, está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA). O Banco incluiu na nota "nº 22 - Gestão de Capital" dados quantitativos relevantes sobre os elementos incluídos na gestão do Capital, bem como a indicação do cumprimento dos limites e requisitos de Capital.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabeleceu que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia

e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, incluem recursos em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com conversibilidade imediata ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, líquidas dos custos de transação incorridos, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - Títulos e Valores Mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Os títulos classificados como para negociação são apresentados no curto prazo, independente de seu vencimento, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

- Títulos disponíveis para venda - Títulos e Valores Mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida a conta destacada do Patrimônio Líquido - Ajuste de Avaliação Patrimonial - líquido dos efeitos tributários, sendo transferido para o resultado do período quanto da efetiva realização, através da venda definitiva dos respectivos valores mobiliários. Os declínios no valor de mercado dos títulos disponíveis para venda dos seus custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

- Títulos mantidos até o vencimento - Títulos e Valores Mobiliários para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento. O Banco não possui títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

e) Instrumentos Financeiros Derivativos (ativos e passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo, e são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção "hedge" ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30.01.2002, do BACEN.

As operações que utilizam instrumentos financeiros que não atendam aos critérios de proteção são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco são classificados como "hedge" de acordo com sua natureza:

- "Hedge" de Risco de Mercado - são destinados a mitigar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de "hedge". Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- "Hedge" de Fluxo de Caixa - são destinados a mitigar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A parcela efetiva de "hedge" dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva do "hedge" é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

f) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros contratuais. As vendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o modelo interno que considera o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações reconhecidas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)



(Continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

J) Redução ao Valor Recuperável

A redução do valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros - "impairment" - é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos financeiros e não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

k) Depósitos, Captações no mercado aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos e Obrigações por Empréstimos e Repasses São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

l) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823 de 16.12.2009 e Carta Circular BACEN nº 3.429 de 11.02.2010, da seguinte forma:

• Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível.

• Contingências Passivas - são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

• Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas Demonstrações Financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. Detalhamento dos Passivos Contingentes estão apresentados na nota 12.3.1.

m) Imposto de Renda e Contribuição Social A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros que excederem a R\$240 no exercício e a contribuição social à alíquota de 20%, em vigor a partir de março de 2020, conforme previsto no artigo 32º da Emenda Constitucional 103/2019, dado que a alíquota de 15% foi aplicada ao longo do ano de 2019, em vista ao disposto no artigo 1º da Lei nº 13.169/2015.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias, prejuízos fiscais e base negativa. Os tributos passivos diferidos são calculados sobre as exclusões temporárias, e de acordo com a regulamentação em vigor expedida pelo Banco Central do Brasil, os ativos e passivos tributários diferidos foram constituídos considerando a alíquota consolidada de 45% a partir de novembro de 2019 (40% de janeiro a outubro de 2019), em vista a majoração da contribuição social prevista no artigo 32º da Emenda Constitucional 103/2019.

n) Garantias Prestadas a Terceiros As garantias prestadas a terceiros, compreendendo avais, fianças e outros estão registradas em contas de compensação.

o) Resultado Recorrente e não Recorrente Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados não recorrentes estão apresentados na nota nº 18.3.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Table with 4 columns: Descrição, 31.12.2020, 31.12.2019 (*), Total. Rows include Disponibilidade, Aplicações no mercado aberto, Aplicações em depósitos interfinanceiros, Aplicações em moedas estrangeiras.

(*) Os valores foram ajustados para melhor comparabilidade com os saldos de 2020.

4.2. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Table with 6 columns: Descrição, 0-30, 31-180, 181-360, Acima de 360, Total. Rows include Posição Bancada, Posição Financiada, Aplicações em depósitos interfinanceiros, Aplicações em moedas estrangeiras.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento, contraparte e indexador dos Títulos e Valores Mobiliários e de Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores de mercado:

5.1 Resumo da classificação dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos por categoria e vencimento

Table with 10 columns: Descrição, Ajuste a mercado, Patrimônio líquido, Valor de mercado, Sem vencimento, Por Vencimento (0-30, 31-180, 181-360, Acima de 360), Valor de mercado. Rows include Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - LTN, Notas do Tesouro Nacional - NTN, Cotas de Fundo de Investimento (**), Cotas de Fundo de Direitos Creditórios (***).

Títulos disponíveis para venda: Letras Financeira do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - LTN (**), Notas do Tesouro Nacional - NTN (**), Debêntures, Nota Soberana, Ações em Companhia Fechada, Cotas FICLB, Nota Promissória.

Subtotal de títulos do ativo: 14.271.383, 70.889, 60.805, 14.403.077, 3.092.282, 1.832.443, 1.039.770, 1.514.594, 6.923.988, 7.714.040.

Instrumentos financeiros derivativos - Ativo: Operações de opções, Operações a termo, Operações de "swap".

TOTAL DO ATIVO: 18.086.088, 953.521, 60.805, 19.100.414, 3.092.282, 2.458.994, 2.405.333, 2.205.480, 8.938.325, 9.926.193.

Curto prazo: 11.323.447, 7.776.967. Longo prazo: 6.331.425, 3.594.768.

Instrumentos financeiros derivativos - Passivo: Operações de opções, Operações a termo, Operações de "swap".

TOTAL DO PASSIVO: 4.766.000, 629.861, 5.395.865, 793.519, 1.437.176, 732.834, 2.432.332.

Curto prazo: 2.963.529, 2.432.332. Longo prazo: 1.743.230, 1.262.497.

(*) Para informações sobre o Fundo de Investimento vide nota 5.3. (**) Os ajustes a mercado no resultado dos instrumentos classificados como disponíveis para venda foram objetos de "Hedge" de "Risco de Mercado" vide nota 5.2.4.

(***) Se refere a cotas senior do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), com prazo de duração determinado e sua carteira era composta basicamente de direitos creditórios.

Os Títulos e Valores Mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo é calculado com base em cotações de preços divulgados pelo mercado, por modelos de precificação, pelo fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa por parte da Administração.

5.2 Instrumentos financeiros derivativos O Banco tem como política administrar os riscos resultantes de operações com derivativos, evitando assumir posições expostas a flutuações de fatores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam o controle de riscos.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de "swap", termos, opções e futuros, registradas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

A contabilização é realizada conforme ao segue: Operações de "swap" - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço. O valor justo dos "swaps" é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

Operações a termo - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência do prazo dos contratos até a data do balanço. O valor justo dos contratos a termo é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou no resultado, no caso de não exercício. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como "Black & Sholes", usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente.

Operações de futuros - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo, sendo apropriado mensalmente como receita ou despesa. O valor justo dos futuros é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pela B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

5.2.1 Composição do valor nominal dos derivativos por contraparte

Table with 8 columns: Descrição, Pessoa física, Pessoa jurídica, Instituições financeiras, Investidores institucionais, Câmaras de liquidação, Valor nominal 31.12.2020, Valor nominal 31.12.2019. Rows include Operações com opções, Operações com futuros, Operações a termo.

5.2.2 Composição do valor nominal dos derivativos por indexador

Table with 5 columns: Descrição, Valor a receber, Valor a pagar, Valor nominal 31.12.2020, Valor nominal 31.12.2019. Rows include Operações com opções, Compra de opção de: Compra de Dólar, Venda de opção de: Compra de Dólar, Compra de Ações, Venda de Dólar, Venda de Ações.

Operações com Swap: Ações x DI, Ações x PRE, Cupom de Dólar x Cupom de Dólar, Cupom de Dólar x DI, Cupom de Dólar x PRE, Cupom de Euro x DI, Cupom de Euro x PRE, DI x Ações, DI x Cupom de Dólar, DI x Cupom de Euro, DI x Índice de Preço DI x PRE, Índice de Preço x DI, PRE x Ações, PRE x Cupom de Dólar, PRE x Cupom de Euro, PRE x DI.

5.2.2 Composição do valor nominal dos derivativos por indexador (continuação)

Table with 5 columns: Descrição, Valor a receber, Valor a pagar, Valor nominal 31.12.2020, Valor nominal 31.12.2019. Rows include Operações com Futuros, Operações com futuros - Comprada, Operações com futuros - Vendida, Operações a termo, Operações a termo - Comprada, Operações a termo - Vendida.

5.2.3 Valor de margens de garantia dos instrumentos financeiros derivativos Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, efetuadas junto à B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) e de operação de câmbio efetuadas junto à "clearing" de câmbio, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no valor de R\$1.249.568 (R\$1.039.253 em 12.2019).

5.2.4 Instrumentos financeiros derivativos utilizados como "Hedge" Em 31 de dezembro de 2020, o Banco possuía as seguintes posições:

Table with 5 columns: INSTRUMENTO, Objeto de "Hedge", Produto, Indexador, Valor de curva, Valor de mercado, Ajuste no resultado. Rows include DI Futuro, DDI Futuro, DI Futuro, DI Futuro, DI Futuro.

"Hedge" de Fluxo de Caixa INSTRUMENTO

Table with 5 columns: Produto, Vencimento, Valor referencial, Produto, Indexador, Valor de curva, Valor de mercado, Ajuste no patrimônio líquido. Rows include DI Futuro, DDI Futuro, DI Futuro, DI Futuro, DI Futuro.

A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 31 de dezembro de 2020, estava em conformidade com o estabelecido pelo BACEN e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente no resultado durante o exercício.

5.3 Outras Informações 5.3.1 Cotas de Fundo de Investimento As cotas do fundo de investimento Multimercado estão representadas por aplicações do Banco em fundo exclusivo do Grupo BNP Paribas - BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior.

Abaixo apresentamos a composição do Fundo de Investimento:

Table with 5 columns: Descrição, 31.12.2020, 31.12.2019. Rows include Disponibilidades, Aplicações interfinanceiras de liquidez, Títulos e valores mobiliários - Carteira própria, Instrumentos financeiros derivativos (*).

(*) O saldo considera os ajustes por equalização de práticas contábeis. O valor de referência dos contratos dos instrumentos financeiros derivativos, que compõem a carteira do fundo e são registrados na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), está contabilizado em contas de compensação, conforme abaixo:

Table with 5 columns: Indexador, "Swap", Termo, Futuros, Opções, Total. Rows include Moeda estrangeira, Taxa de juros, Total 31.12.2020, Total 31.12.2019.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO Apresentamos a seguir as informações relativas às operações de crédito, que inclui adiantamentos sobre contratos de câmbio.

6.1 Composição por operação e por nível de risco

Table with 7 columns: Descrição, Rattting, Empréstimos e Títulos Descontados, Financiamento, Financiamento Rural e Agroindustriais, Adiantamento sobre Contratos de Câmbio, Títulos de Créditos a Receber (*), Total, Total. Rows include AA, A, B, C, D, F, H.

Curto prazo - empréstimos Longo prazo - empréstimos Curto prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD Longo prazo - PDD

(Continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis em até dez anos para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

A expectativa de realização dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2020 é:

Projeção	2021	2022	2023	2024	2025	de 2026 até 2030	Total
Créditos tributários	224.282	27.710	16.585	723	173.624	102.933	545.857
Saldo em 31.12.2019							501.124

O valor presente dos créditos tributários, em 31 de dezembro de 2020, é estimado em R\$430.362 (R\$387.173 em 12.2019), utilizando-se a taxa média de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

Com base na Resolução CMN nº 4.818 e Resolução BCB nº 02, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. O saldo comparativo de 31 de dezembro de 2019 foi reclassificado para manter a comparabilidade.

7.3 Diversos
 Apresentamos abaixo a composição de devedores diversos.

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Valores a receber de sociedades ligadas	222	-
Devedores diversos - Exterior	162.757	25.860
Devedores diversos - País	9.372	11.106
Adiantamentos diversos	6.441	6.702
Devedores por depósitos em garantia	620.821	576.237
Total	799.613	619.905
Curto prazo	178.792	43.643
Longo prazo	620.821	576.262

8. INVESTIMENTO EM CONTROLADA NO PAÍS

Apresentamos abaixo a composição do investimento em controlada no país em 31 de dezembro de 2020.

	BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	
	31.12.2020	31.12.2019
Informações relevantes sobre o investimento:		
Patrimônio Líquido	37.543	25.015
Resultado do período	(683)	9.789
Participação no capital	74,38%	74,38%
Resultado da participação em controlada	(508)	7.281
Valor contábil do investimento	27.924	18.606

9. DEPÓSITOS

Apresentamos abaixo a captação em depósitos por vencimento existente em 31 de dezembro de 2020:

Descrição	Em quantidade de dias					Total
	Sem vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	
Depósito à vista	832.273	-	-	-	-	832.273
Depósito interfinanceiro	-	84.002	341.181	149.260	-	574.443
Depósito a prazo	-	254.543	2.973.707	3.282.546	1.883.348	8.394.144
Depósito em moeda estrangeira	297.701	-	-	-	-	297.701
Total	1.129.974	338.545	3.314.888	3.431.806	1.883.348	10.098.561
Curto prazo						8.215.213
Longo prazo						1.883.348

10. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Apresentamos abaixo a captação em recursos de aceites e emissão de títulos por vencimento existente em 31 de dezembro de 2020:

Descrição	Em quantidade de dias					Total
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	31.12.2020	
Letras Financeiras	328.133	370.870	94.209	452.048	1.245.260	2.926.016
Letras de Créditos de Agronegócio	-	494.896	424	1.249	496.569	424.022
Certificado de Operações Estruturadas	97.012	238.571	224.557	836.168	1.396.308	2.066.361
Total	425.145	1.104.337	319.190	1.289.465	3.138.137	5.416.399
Curto prazo						1.848.672
Longo prazo						1.289.465

11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Apresentamos abaixo a composição de empréstimos e repasses em 31 de dezembro de 2020:

Descrição	31.12.2020		31.12.2019	
	Vencíveis até	Encargos	Total	Total
Obrigações em Moedas estrangeiras	23.10.2024	0,10% a 7,47% a.a.	6.442.565	4.565.042
Obrigações por empréstimos no exterior	18.12.2025	0,10% a 8,20% a.a.	300.888	-
Operações de Repasses do País - FINAME	16.08.2021	5,70% a.a.	1.069	3.143
Operações de Repasses do País - FUNCAFÉ	15.09.2022	2,00% a 4,00% a.a.	76.165	132.214
Repasses no Exterior	15.12.2021	1,00% a 5,11% a.a.	2.901.440	2.371.099
Total			9.722.127	7.071.498
Curto prazo			8.923.147	5.922.585
Longo prazo			798.980	1.148.913

20. OUTRAS INFORMAÇÕES
20.1 Compromissos, garantias e outras responsabilidades

O Banco, observando suas diretrizes de gerenciamento de riscos e considerando a conjuntura econômica atual e os riscos específicos de tais operações, constituiu provisão para perdas no montante conforme quadro abaixo e estão registradas em Outras Obrigações - Provisão para garantias prestadas.

Rating	Garantia Prestada					Total
	Fiança bancária	"Performance bond"	Fiança de processos em juízo	"Advance payment bond"	Adiantamento de contrato	
AA	1.980.280	3.097.876	2.364.426	166.357	296.536	7.999.430
A	879.083	16.087	48.804	-	17.950	963.244
B	794.328	576.318	236.850	-	93.894	1.707.989
C	23.675	2.179	5.401	-	-	34.373
F	-	-	356	-	-	356
Total 31.12.2020	3.677.366	3.692.460	2.655.837	166.357	408.380	10.705.392
PDD	28.785	19.349	11.446	408	2.733	63.295
Total 31.12.2019	3.636.546	3.402.907	2.421.103	59.511	221.345	9.955.750
PDD	80.801	21.170	16.135	146	965	120.578

20.2 Administração de recursos de terceiros

O Banco administra recursos de terceiros por meio de fundos de investimento e de carteiras administradas. O montante de recursos administrados totaliza R\$116.589.224 (R\$92.718.771 em 12.2019).

20.3 Operações vinculadas

Em 31 de dezembro de 2020 as operações de crédito amparadas pela Resolução nº 2.921/02 e normas posteriores estavam representadas:

Descrição	31.12.2020		31.12.2019	
	Ativo	Passivo	Receita (despesa)	Ativo/Passivo
Operação de crédito - Empréstimo	2.806.500	-	-	1.427.603
Empréstimos no exterior	-	2.848.350	(41.850)	(1.432.365)

20.4 Transações com partes relacionadas
20.4.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Banco é administrado por uma Diretoria formada por um Diretor-Presidente e Diretores. A remuneração atribuída à Diretoria no exercício representa benefícios de curto prazo de R\$23.273 (R\$18.981 em 12.2019) e benefícios de longo prazo de R\$4.806 (R\$11.067 em 12.2019) e para o segundo semestre de 2020 em R\$9.661 e R\$3.312, respectivamente. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou remuneração em ações.

20.4.2 Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento a deliberação nº 642/2010 da Comissão de Valores Mobiliário - CVM e Resolução nº 3.750/2009 do Conselho Monetário Nacional - CMN. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado.

As transações com partes relacionadas nas empresas do Grupo BNP Paribas estão demonstradas, conforme quadro abaixo:

Descrição	01.01 a 31.12.2020		01.01 a 31.12.2019	
	Ativo/Passivo	Receita/Despesa	Ativo/Passivo	Receita/Despesa
Aplicação/Captação em Depósitos Interfinanceiros	5.381.599	446.684	7.952.636	728.115
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	5.381.599	446.684	728.115
Aplicações em moedas estrangeiras	-	7.211	112.263	(17.388)
BNP Paribas - Paris	Controladora	-	4.585	112.172
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	-	2.626	91
Aplicações/Obrigações em operações compromissadas	(3.558.699)	(70.971)	(2.355.078)	(169.651)
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	-	-	(149)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(3.482.204)	(74.305)	(2.280.689)
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	(76.495)	3.334	(74.389)
Carteira de câmbio	59.946	701.144	(65.928)	(173.172)
BNP Paribas - Paris	Controladora	50.543	690.574	(179.537)
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	1	(169)	4
Grupo Arval	Parte Relacionada	3	(72)	(11.345)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	9.395	10.733	5.003
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	-	236	-
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	4	(158)	1
Cotas de fundos de investimentos	3.092.282	(88.182)	1.980.571	99.904
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	3.092.282	(88.182)	1.980.571
Depósitos a prazo	(84.546)	(1.726)	(28.525)	(3.321)
Grupo Arval	Parte Relacionada	(83.681)	(1.734)	(27.669)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(865)	8	(865)
Depósitos a vista	(77.650)	-	(48.893)	-
BNP Paribas - Paris	Controladora	(5)	-	(3)
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	(220)	-	(63)
Grupo Arval	Parte Relacionada	(2.631)	-	(689)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(74.750)	-	(48.071)
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	(19)	-	(67)
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	(25)	-	-
Derivativos a Receber/(a Pagar)	(173.816)	525.894	92.232	1.040.409
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(173.816)	525.894	92.232
Devedores/Credeiros diversos	159.723	156.166	19.455	28.509
BNP Paribas - Paris	Controladora	153.438	131.943	16.688
Grupo Arval	Parte Relacionada	107	658	798
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	6.178	10.195	1.898
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	-	1.491	71
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	-	11.879	-
Disponibilidade em moeda estrangeira	21.368	(522.854)	93.972	19.537
BNP Paribas - Paris	Controladora	5.973	(64.818)	51.346
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	15.395	(458.036)	42.626
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio a Pagar	(85.099)	-	-	-
BNP Paribas - Paris	Controladora	(85.099)	-	-
Investimento em controlada no País	27.924	508	18.606	7.281
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	27.924	508	18.606
Obrigações por empréstimos e repasses	(9.644.893)	(1.926.508)	(6.396.140)	(388.141)
BNP Paribas - Paris	Controladora	(6.993.629)	(1.158.554)	(5.293.345)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(2.651.264)	(767.954)	(1.642.795)
Operações de Crédito	57.320	2.192	-	-
Grupo Arval	Parte Relacionada	42.120	2.192	-
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	15.200	-	-

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES
12.1 Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	286.372	21.965
Provisão para impostos e contribuições diferidos (*)	162.639	250.531
Total	449.011	272.496
Curto prazo	449.011	272.496

(*) Provisão para impostos e contribuições diferidos está relacionada com o ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$162.639 (R\$250.531 em 12.2019), tendo como contrapartida R\$64 no patrimônio líquido (R\$7.327 em 12.2019) e no resultado R\$87.828 (R\$75.181 em 12.2019).

12.2 Dívida Subordinada

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Dívida subordinada - Resolução CMN nº 3.444/07	-	25.386
Dívida subordinada - Resolução CMN nº 4.192/13	978.120	1.078.386
Total	978.120	1.103.772
Curto prazo	34.196	62.574
Longo prazo	943.924	1.041.198

A dívida subordinada pela Resolução CMN nº 4.192/13 está representada por recurso captado via contrato de empréstimo no valor de US\$70 milhões equivalentes a R\$451.058 (R\$332.369 em 12.2019), já acrescido dos juros incorridos até 31 de dezembro de 2020 com juros de 6,89% a.a., vencíveis até janeiro de 2026. Em julho de 2020 houve uma nova captação representada por recursos captados via contrato de empréstimo no valor de US\$100 milhões equivalente a R\$527.062, já acrescido dos juros incorridos até 31 de dezembro de 2020 com juros de 4,10% a.a. vencíveis até janeiro de 2031. O Banco Central do Brasil aprovou em 26 de janeiro de 2021 que essa dívida de US\$100 milhões passe a compor o nível II do Patrimônio de Referência (PR) do Conglomerado Prudencial do BNP Paribas Brasil. A aprovação foi com efeito retroativo a data da emissão. O banco manteve capital em nível superior aos requerimentos prudenciais desde Julho de 2020, portanto a dívida será adicionada ao nível II do Patrimônio de Referência (PR) a partir de 26 janeiro de 2021 (vide nota 22).

Em dezembro de 2019 a dívida subordinada pela Resolução CMN nº 3.444/07 estava representada pela emissão de letras financeiras no valor de R\$25.386 com vencimento em fevereiro de 2020.

12.3 Diversas

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Valores a pagar à sociedade ligada	3.079	3.188
Provisão de despesas de pessoal	165.166	145.282
Provisão para despesas administrativas	57.448	52.482
Impostos e contribuições a recolher	42.244	16.743
Outras	6.972	15.447
Total	274.909	233.142
Curto prazo	255.800	219.715
Longo prazo	19.109	13.427

12.3.1 Movimentação dos passivos contingentes

Apresentamos abaixo a movimentação dos passivos contingentes.

Descrição	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 30.06.2020	523.636	13.650	76.774	614.060
Constituição	-	-	4.217	4.217
Reversão/pagamento	-	-	(484)	(484)
Atualização monetária	6.975	113	260	7.348
Saldo em 31.12.2020				



(Continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

22. GESTÃO DE CAPITAL

A estrutura de gerenciamento de capital abrange as instituições do Conglomerado Prudencial do BNP Paribas Brasil e é efetuada através do Comitê de Monitoramento de Capital.

Comitê de Monitoramento de Capital

A principal função do Comitê de Monitoramento de Capital é auxiliar as Diretorias Estatutárias no cumprimento de suas responsabilidades de gerenciamento de capital de cada Entidade e do Conglomerado. O CMC é coordenado pela área de Finance do Banco BNP Paribas, entidade líder do Conglomerado.

As atribuições do Comitê de Capital abrangem os itens a seguir:

- Monitorar e controlar o capital mantido pelo Conglomerado.
- Avaliar a necessidade de capital, face aos riscos incorridos pelo Conglomerado.
- Recomendar anualmente às Diretorias:
 - Plano de capital de acordo com os objetivos estratégicos do Conglomerado.
 - Plano de contingência de capital.
- Incorporar resultados do programa de teste de estresse nos planos de capital.
- Propor recomendações sobre a Política de Gestão Integrada de Riscos e Capital ao Comitê de Riscos.
- Validar anualmente a destinação de resultados a ser proposta ao *Group Finance - Gestion Financière* (matriz).

CAPITAL REGULATÓRIO - LIMITES DE BASILEIA

Segue demonstração do Capital Regulatório para atendimento do limite de Basileia.

	31.12.2020	31.12.2019
Patrimônio de Referência - PR (*)		
Nível I	4.518.961	4.277.633
Capital Principal	4.518.961	4.277.633
Nível II	426.336	750.018
Total PR	4.945.297	5.027.651
Exigibilidades para cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco		
De Crédito	30.107.890	22.506.089
De Mercado	4.492.120	2.981.973
Operacional	4.974.127	4.549.457
Ativos ponderados pelo risco	39.574.137	30.037.519
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	3.165.931	2.403.001
Margem em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	1.779.366	2.624.650
Índice da Basileia (PR/RWA)	12,5%	16,7%
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	11,4%	14,2%
Índice do Nível I (NI/RWA)	11,4%	14,2%

(*) Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial.

Conforme mencionado na nota 12.2, o Banco emitiu uma dívida subordinada de US\$100 milhões em julho de 2020, cuja aprovação do Banco Central para compor o nível II do Patrimônio de Referência

(PR) ocorreu em 26 janeiro de 2021 com efeitos retroativos a sua emissão. Se o Banco tivesse considerado essa dívida no cálculo dos limites prudenciais em 31 de dezembro de 2020, o Patrimônio de Referência seria de R\$5.462.885 e o Índice de Basileia seria de 13,8%.

O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

23. OUTROS ASSUNTOS

23.1 Efeitos da Pandemia Covid-19

O exercício de 2020 foi marcado pela pandemia de Covid-19 e seus severos desdobramentos sanitários, sociais e econômicos. Apesar das dificuldades impostas por um cenário tão conturbado e de difícil previsão, o BNP Paribas foi capaz de manter todos os serviços à disposição dos seus clientes, mesmo com uma demanda que se mostrou até acima da média em alguns momentos. A área de Risco do BNP Paribas revisou exaustivamente a carteira de crédito e não foram identificados riscos adicionais relevantes causados pela pandemia, portanto, o aumento nas provisões sobre a carteira de crédito não decorre diretamente de impactos do Covid-19. Esse monitoramento exaustivo continuará, dado que os efeitos da crise na economia ainda não são totalmente conhecidos. As despesas adicionais relacionadas à pandemia não impactaram significativamente os resultados do exercício graças à gestão eficiente dos custos da operação. Esse também é o cenário esperado para o próximo ano.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos após a data de balanço que poderiam requerer divulgação ou resultar em ajustes materiais às demonstrações financeiras.

Marcelo Marques Sellan - Contador - CRC 1SP213451/O-8

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA SEGUNDO SEMESTRE DE 2020

Os membros do Comitê de Auditoria, em atendimento às disposições regulamentares vigentes e de seu Regulamento Interno de 14 de julho de 2004, apresentam Relatório de suas atividades desenvolvidas no segundo semestre do ano de 2020, no âmbito do Banco BNP Paribas Brasil S/A (BNP Paribas BR).

O Comitê de Auditoria da Instituição é um órgão estatutário e foi instituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2004. Este Comitê é composto atualmente por quatro membros, sendo três deles Diretores da Sociedade e por um membro externo, independente, que ocupa o cargo de Presidente.

O Comitê de Auditoria é responsável por avaliar a transparência e a qualidade das demonstrações financeiras, a efetividade do ambiente de controles internos da Sociedade e das suas Auditorias Interna e Externa. As suas análises e conclusões são baseadas única e exclusivamente nas informações recebidas dos organismos de controle existentes na Instituição. Não há trabalhos de campo realizados pelos membros desse Comitê.

Merece registro o fato de que as atividades do Comitê, a exemplo do que ocorreu desde sua implantação, foram livremente conduzidas por seus membros sem que qualquer obstáculo tenha sido oferecido ao livre e independente encaminhamento de suas atividades, seja pela Direção da Sociedade, seja por qualquer de seus prepostos. Adicionalmente, ambas as auditorias, interna e externa, atestaram ter executado seus trabalhos no período sem qualquer tipo de obstáculo, que receberam todas as informações em tempo e forma solicitados, não tendo sido identificadas por ambas quaisquer dificuldades ou restrição criada por parte dos representantes da Sociedade à execução de seus trabalhos.

Com o objetivo de avaliar a efetividade dos processos de controles internos, o Comitê de Auditoria recebeu relatórios contendo avaliação sobre a qualidade dos controles executados pelas primeiras e segundas linhas de defesas do BNP Paribas BR bem como o atendimento das recomendações formuladas por sua Auditoria Interna, Auditores Externos e por órgãos de Supervisão. Baseado nessa avaliação, o Comitê de Auditoria concluiu que a Instituição continua a dispor de processos de controles internos compatível com o volume e complexidade de seus negócios.

O Comitê de Auditoria também se reuniu com a Auditoria Interna, ocasião em que pôde constatar sua independência tanto em termos hierárquicos, quanto na execução de seu trabalho. O Comitê aprovou o Plano Anual, validando as alterações necessárias devido aos impactos do Covid-19. Com base nos resultados das auditorias realizadas pela Auditoria Interna, as quais avaliam a efetividade dos sistemas e processos de governança, cumprimento da legislação, gerenciamento de risco e controles internos bem como a conscientização e responsabilidades da gerência, o Comitê concluiu que a Auditoria Interna continua a demonstrar sua adequada eficiência no atendimento de seus objetivos.

Com referência a Resolução 4.557 do Conselho Monetário Nacional, a qual dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital, o Diretor responsável pela estrutura de gerenciamento de riscos esclareceu ao Comitê de Auditoria que não havia identificado durante o segundo semestre de 2020 riscos que pudessem impactar de modo relevante as demonstrações financeiras. Também enfatizou que a carteira de crédito foi revisada e não foram identificados riscos adicionais relevantes causados pela pandemia; portanto, o aumento nas provisões sobre a carteira de crédito não decorre diretamente dos impactos do Covid-19.

Com referência a Covid-19, o Comitê de Auditoria recebeu informações adequadas para assegurar-lhe que a Sociedade tomou as medidas necessárias para salvaguardar a saúde de seus colaboradores com base em procedimentos técnicos hospitalares da maior eficácia possível e, bem assim, para manter sem quaisquer interrupções, a continuidade de suas operações bem como serviços à disposição dos seus clientes, não obstante a redução muito substancial de colaboradores presentes nas instalações da Sociedade, que na sua maioria, passaram ao trabalho remoto. Foi constatado também que a Alta Administração da Sociedade foi e continua sendo informada acerca das ocorrências internas relacionadas com essa enfermidade.

O Comitê de Auditoria através de discussões com o Contador responsável e membros do departamento de Contabilidade do BNP Paribas BR bem como com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, recebeu todas as explicações esperadas acerca das demonstrações financeiras do exercício elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras bancárias, bem como em relação às demonstrações elaboradas no formato IFRS, (normas internacionais divulgadas pelo "*IASB-International Accounting Standards Board*"), o que permitiu ao Comitê de Auditoria concluir que as demonstrações financeiras apresentavam consistência e uma visão verdadeira e justa das atividades do BNP Paribas BR durante o exercício de 2020, consistentes com as do ano de 2019, razões pelas quais recomenda à Diretoria Executiva a aprovação das demonstrações financeiras da Sociedade para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2020, que será objeto de publicação e divulgação no prazo e na forma da lei e regulamentação vigentes .

São Paulo, 19 de março de 2021.

BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.

Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BNP Paribas Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o

semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a

evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) Conforme divulgado nas Notas 3(f) e 6.2, a determinação do valor da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é um processo que requer julgamento e utilização de critérios na determinação do risco de crédito por parte da administração e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e alterações posteriores do BACEN. A classificação de risco dos clientes é atribuída por meio da utilização de modelo interno da administração. Essa é uma área que foi definida como foco de auditoria, pois o uso desse julgamento na apuração do valor da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.	Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e a execução de testes de controles relevantes relacionados ao processo de concessão de crédito e operações renegociadas. Efetuamos, também, em base amostral, (i) testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para o cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, (ii) análise da metodologia descrita em política para atribuição dos níveis de risco ao cliente, (iii) recálculo da provisão com base nessas atribuições de risco e no atraso das operações e (iv) confronto dos saldos contábeis de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa com os relatórios analíticos. Realizamos também outros testes em atendimento aos requerimentos da Resolução nº 2.682/99 do CMN, bem como avaliamos os aspectos relacionados às divulgações em notas explicativas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro contábil da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.
Mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos Conforme divulgado nas Notas 3(e) e 5.2 a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos é uma área que inclui subjetividade, uma vez que depende de técnicas de precificação realizadas com base em modelos internos e que envolvem desenvolvimento e seleção de premissas pela administração para valorização de instrumentos e/ou utilização de dados observáveis. Consideramos essa área como foco em nossa auditoria uma vez que o uso de diferentes técnicas de avaliação e/ou premissas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes.	Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do nosso entendimento relacionado ao processo de mensuração de instrumentos financeiros derivativos. Confrontamos os saldos contábeis com os relatórios analíticos que apresentam os saldos por operação, bem como, com apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros, efetuamos, em base amostral, a reperformance independente dos cálculos de mensuração de acordo com as boas práticas de mercado e requerimentos das normas do BACEN em relação a metodologia e dados de mercado utilizados. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos são razoáveis, tendo em vista as práticas de mercado e práticas contábeis vigentes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em

relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2021



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

